

REFERÊNCIAS

- 1) ODILON NUNES — Pesquisas para a História do Piauí. Vol. II — p. 292.
- 2) ODILON NUNES — Pesquisas para a História do Piauí. Vol. II — p. 292.
- 3) L. 91-A — Cap. CAB.
- 4) L. L. 91-A — Cap. CAB.
- 5) L. 87 — Doc. 4 — Cap. CAB.
- 6) L. 113 — of. n.º 2 — p. 1 V — Cap. CAB.
- 7) ABDIAS NEVES — A Guerra de Fidié — p. 103.
- 8) PEREIRA DA COSTA — Cronologia Histórica do Estado do Piauí, p. 276.
- 9) Idef, idem, p. 176.
- 10) Idem, idem, p. 176.
- 11) ABDIAS NEVES — A Guerra de Fidié — pp. 320 e 321.

APRESENTAÇÃO DO ORADOR — Cento e cinquenta anos depois da Independência, ainda não nos libertamos inteiramente daquela situação sob tantos aspectos aflitiva em que Capistrano de Abreu nos viu e pintou no primeiro ano do século em que iríamos sacudir a tutela portuguesa: éramos em 1800, dizia ele, quatro ou cinco núcleos diferentes, cada qual vivendo a sua vida isolada e sem prezar muito aos outros. É certo que alguma coisa de poderoso e profundo, uma realidade espiritual, uma herança correndo no sangue ou uma luz ardendo na alma, deveria andar por dentro disso, para que pudéssemos construir de repente a nossa unidade política, vinte e dois anos depois. Seria uma flama interior que o historiador ilustre, escravizando-se aos documentos, não quis ou não pôde identificar. De qualquer forma, porém, a realidade exterior era aquela.

Mesmo na jornada decisiva da Independência avançamos em certa desordem: Pernambuco conduzia a própria marcha, o Rio de Janeiro articulava-se com S. Paulo e Minas para abrir outro caminho, e a Bahia e o extremo norte eram forçados a retardar o ritmo dos passos.

Quanto não se venceu, de então até agora, nesse íntimo distanciamento dilacerador! Mas, ainda não o superamos de todo. E é nessa perspectiva que devemos colocar o gesto da Universidade Federal de Pernambuco, logo compreendido e apoiado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, convocando historiadores de uma porção de Estados brasileiros para o curso de conferências a que vamos dar prosseguimento.

Ainda hoje, somos — mais do que unidades administrativas — unidades sociais que não nos conhecemos tanto quanto seria mister. Falta à nossa existência comum aquele convívio continuado e múltiplo que facilitaria e intensificaria a nossa união e que só precariamente substituem esses serviços de publicidade e comunicação planejadas em que tanto se fala hoje e que, aliás, não possuímos também. Então, caminhamos movidos pelo mesmo impulso, atraídos pelo mesmo ideal, criando, de fato, a mesma unidade moral, mas cada qual em seu ritmo e a seu modo, ignorando o que se faz parede-meia do seu lar, no lar do vizinho e irmão.

A série de aulas em que se consubstancia o presente curso da Universidade Federal de Pernambuco e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, tem-nos trazido um reflexo do trabalho intelectual que se processa em outros Estados da região. Os professores e escritores que até aqui têm vindo, são altas figuras de suas coletividades, como o é o historiador e literato Mário Martins Meireles, da Universidade do Maranhão, onde, no meio de outras atividades, ensina História da América e chefia o Departamento de História e Ciência das Religiões. Sócio efetivo da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, seu mérito é reconhecido, nessa dupla faixa, tanto pelos cargos que seus companheiros lhe têm confiado quanto pelo diploma de

sócio correspondente que instituições congêneres, como a Academia Paulista de Letras e a Academia de Letras do Triângulo Mineiro, lhe têm outorgado. Outros postos tem exercido e outras honras tem recebido, que seria longo enumerar. A lista dos seus livros e opúsculos vai, praticamente, a duas dezenas, e o que primeiro se depreende dela é o cuidado, o carinho do autor em reviver fatos e figuras da sua província. Ora, são trabalhos de síntese como a *Pequena História do Maranhão*, já em sexta edição, uma outra *História do Maranhão*, o *Panorama da Literatura Maranhense*, o *São Luis, cidade dos azulejos*, etc., ora trabalhos de pesquisa e análise sobre Gonçalves Dias, sobre Catulo, sobre Melo e Póvoas. Tudo isso evidencia como é ilustre o visitante que recebemos hoje, o conferencista que vamos ouvir dentro em pouco. E dá-lhe uma autoridade especial no assunto que nos congrega aqui, a circunstância de ter no prelo, precisamente, uma *História da Independência no Maranhão*.

Sob sua guia, iremos agora penetrar em um terreno que não nos é certamente muito familiar.

Pois, aquele isolamento a que aludi no começo e cujo primeiro aspecto é o não estarmos a par do esforço da cultura não raras vezes intenso e fecundo que se leva a efeito nos outros Estados ao redor de nós, dilata-se para o passado. Ou vem do passado, desde muito. As nossas diferentes histórias regionais desconhecem-se mutuamente, mesmo quando envolvem uma colaboração que chega, aqui e ali, a ser heróica. O passado característico de cada um dos nossos núcleos humanos tem-se deixado absorver pela crônica que se diria oficial, a das capitais sucessivas ou dos polos influentes — o que talvez aumente em nós o sentido de unidade mas seria bom que não se acentuasse tanto a ponto de se fazer uma espécie de mutilação ou de apagamento.

O objetivo das duas entidades que se associaram para promover este curso sobre o Nordeste e a Independência, é justamente corrigir ou atenuar essa falha. A contribuição que hoje vai ser oferecida a semelhante empenho, marcar-se-á, sem dúvida, pela competência do Prof. Mário Martins Meireles a quem saúdo em nome da Comissão promotora, e pela importância que tem em nossos fastos brasileiros a gente do Maranhão que ele não somente estuda mas representa com brilho excepcional. — LUIZ DELGADO

A adesão do Maranhão à Independência do Brasil

PROF. MÁRIO M. MEIRELES

Praticamente dez meses durou a luta armada no extremo nordeste, para que o Maranhão, aderindo à Independência, se integrasse no Império.

Rigorosamente, contar-se-á essa luta de 19 de outubro de 1822, dia em que a vila de São João da Barra do Parnaíba, na vizinha província do Piauí, se sublevou e aderiu à causa do Brasil, provocando a imediata intervenção da Junta de São Luis que, com o envio do brigue-de-guerra “Infante Dom Miguel”, fez abortar esse primeiro levante chefiado pelo Coronel Simplício Dias da Silva e pelo Dr. João Cândido de Deus e Silva — até 3 de agosto de 1823, data em que, após a deposição das armas, três dias antes, pelos portugueses que defendiam Caxias das Aldeias-Altas, fez-se a proclamação última de adesão em terras maranhenses.

Luta renhida, disputada e sangrenta, em que os atos de heroísmo e de desprendimento, mas igualmente de barbárie e de vingança, se contaram de parte a parte.

No curso dela, assumem maior relevo, de início, a batalha do Jenipapo, em Campo-Maior, no Piauí, a 13 de março de 1823, em a qual se empenharam, com superioridade quantitativa de quase o dobro para os brasileiros, mas com grande vantagem qualitativa de soldados de linha e de equipamento para os portugueses, de quatro a cinco mil homens (1), estes comandados pelo bravo e competente Major João José da Cunha Fidié e aqueles — piauienses, cearenses, pernambucanos e maranhenses — pelo Major Luis Rodrigues Chaves, a cuja *incúria e pouca habilidade* se atribui a derrota que sofreu; e, por fim, no cerco de Caxias, longo de quase três meses, a batalha do